



A TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SECTOR DA LIMPEZA INDUSTRIAL DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA

ALERTA, COLEGA, COMPANHEIRO(A) E CAMARADA: O GOVERNO QUER MUDAR O CÓDIGO DO TRABALHO PARA RETIRAR DIREITOS AOS TRABALHADORES E DAR MAIS PODER E LUCROS MAIORES AOS PATRÕES!!! NÃO PODE SER – A LUTA CONTINUA, VENCEREMOS!!!

ALERTA - o Governo comunicou recentemente que pretende mudar o Código Trabalho, ou seja, na Lei do Trabalho, da acção sindical e da greve – esta mudança é um verdadeiro retrocesso nos nossos direitos!!!

Esta proposta, a que o Governo chamou “*TRABALHO XXI*”, tem um único objectivo: retirar direitos aos trabalhadores e dar mais poder aos patrões e, portanto, aumentar os lucros das empresas!!!

Temos que nos lembrar de uma coisa – os contratos colectivos de trabalho (onde estão expressos os nossos direitos) são negociados com base no Código do Trabalho. Se o Governo mudar o Código do Trabalho para piorar os direitos dos trabalhadores, os patrões vão tentar aproveitar-se desse retrocesso do Código Trabalho para que os nossos contratos colectivos de trabalho também tenham uma redução dos nossos direitos!!!

NÃO PODE SER – temos o direito a viver melhor; queremos viver melhor, podemos viver melhor!!!

Por esta razão, devemos estar bem informados do perigo e mobilizados e preparados para combater qualquer mudança para pior dos nossos direitos!!! E, como sempre, disponíveis para lutar pela melhoria da nossa vida!!! Para conheceres quais são as propostas que o Governo, vamos em seguida informar sinteticamente as principais propostas que foram apresentadas. Muito em breve, serão dadas mais informações de quais vão ser as acções e lutas que se irão realizar para defender os nossos direitos. Ou seja, mais uma vez, sem hesitações,

A LUTA CONTINUA – VENCEREMOS!!!

Concretamente, o Governo quer:

1.- Desregular os horários de trabalho + avança com o banco de horas individual - O Governo quer avançar com o banco de horas individual, fazendo a alteração do banco de horas grupal, para obrigar os trabalhadores que recusem o primeiro (individual) sejam obrigados, mesmo contra a sua vontade, a aceitar o segundo (grupal). Com o banco de horas, a vida pessoal e familiar dos trabalhadores e trabalhadoras ficaria totalmente desregulada e os patrões utilizariam o banco de horas para não pagar trabalho suplementar *ou, as horas que pagassem, seriam pagas a singelo*. Resultado – lucros maiores para as empresas, menos rendimento para os trabalhadores e trabalhadoras, mas mais desorganização da sua vida pessoal e familiar;

2.- Aumentar a precariedade – o Governo quer permitir mais contratos a termo. Para isso, aumenta os motivos pelos quais as empresas podem contratar a termo, especialmente, e permitindo que seja contratado a termo qualquer trabalhador(a) que nunca tenha tido um contrato por tempo indeterminado (efectivo), como é o caso dos jovens, e aumenta o período de tempo em que a empresa pode fazer esses contratos a termo. Resultado: criaria a “*precariedade para a vida*”, pois, *quem nunca tivesse tido um contrato por tempo indeterminado, passaria a vida toda com contratos a termo – e, no caso dos jovens, esta seria uma situação terrível*;

3.- Despedimento ilícito = sem justa causa - eliminar o direito a reintegração do trabalhador - O Governo pretende acabar com o dever de reintegração do trabalhador na empresa no caso de o tribunal considerar que o seu despedimento foi ilícito = sem justa causa. Resultado: aumentaria o poder das empresas em fazerem despedimentos sem justa causa;

4. - Facilitar o despedimento ilícito (= sem justa causa) de trabalhadores - O Governo elimina a possibilidade da ACT intervir para fazer a fiscalização e suspensão de despedimento ilícito = sem justa causa. Assim, o Governo

quer promover o despedimento ilícito = sem justa causa pelas empresas. Porquê? Porque quer acabar com esta importante capacidade de intervenção da ACT (que funciona como ameaça aos patrões);

5.- Atacar o direito à greve - O Governo quer estipular a existência de serviços mínimos em todas as greves em determinados sectores de actividade. Recordamos que *actualmente* já existem serviços mínimos, que são definidos caso a caso entre os sindicatos e as empresas ou são os tribunais arbitrais que os definem;

6.- Atacar a liberdade sindical - O Governo quer retirar direitos aos delegados sindicais e dificultar que, nas empresas onde não existam trabalhadores sindicalizados, os sindicatos possam fazer actividade sindical, para informar, esclarecer, mobilizar, sindicalizar e organizar os trabalhadores da empresa (como actualmente existe);

7.- Dar mais poder aos patrões na contratação colectiva - O Governo quer aumentar a possibilidade de os patrões poderem fazer a caducidade dos contratos colectivos de trabalho (mais uma “*arma de chantagem*” dada aos patrões!!!) e de, em determinadas situações, escolherem o CCT que preferem aplicar nas empresas;

8.- Dar mais poder aos patrões na decisão sobre a percentagem do trabalho suplementar - O Governo quer acabar com a actual impossibilidade de se decidir uma percentagem do trabalho suplementar inferior à que está estipulada no Código Trabalho. Como? Quer criar a *possibilidade de o trabalho suplementar poder ser regulado por contratação coletiva, nela se estabelecendo condições inferiores às previstas na lei*. Resultado: dá mais poder aos patrões para tentarem impor uma percentagem do trabalho suplementar inferior à que exista na Lei;

9.- Permitir que os patrões paguem o subsídio de férias e de Natal em prestações (duodécimos) - O Governo, desta forma, tenta enganar os trabalhadores porque, em vez de haver aumentos salariais, vão receber mensalmente mais rendimento (um duodécimo do subsídio de férias + um duodécimo do subsídio de Natal) porque acaba com a obrigação do pagamento pelas empresas do subsídio de férias e de Natal por inteiro nas férias e no Natal, que tanta falta faz. Resultado: é uma vigarice dos patrões que prejudica os trabalhadores!!!;

10.- Atacar os direitos aos créditos dos trabalhadores - O Governo quer dar aos patrões a possibilidade de obrigarem os trabalhadores a renunciarem aos seus créditos através de uma declaração assinada pelo trabalhador a renunciar aos créditos que tenha a receber (caso a empresa não pague salários, aumentos legais, horas suplementares, horas noturnas, subsídios e outros rendimentos). Resultado: as empresas que violassem os direitos dos trabalhadores não os pagariam em Tribunal – e aumentariam (imoralmente) os seus lucros;

11.- Dar subsídios aos patrões para pagarem aos trabalhadores em vez de aumentarem os salários - O Governo, no seu Programa, quer criar um subsídio chamado “*Incentivo ao Emprego*”, pago pelo Estado aos patrões com os nossos impostos, para que estes aumentem os salários baixos. Ou seja, as empresas privadas, em vez de aumentarem salários com o seu próprio dinheiro, receberiam subsídios do Estado para aumentarem os trabalhadores. Resultado: o Governo quer subsidiar as empresas = perdeu toda a vergonha!!!

12.- Reduzir os direitos de parentalidade – O Governo quer reduzir o actual direito das mães na amamentação e aleitação dos seus bebés, conforme as condições de cada situação, impondo a necessidade de atestados médicos semestrais. Aos pais, em caso de morte do bebé, acaba com as 3 faltas justificadas e pagas para que faça o luto. Resultado – é uma desumanidade total!!!;

13.- Promover as empresas de trabalho temporário - O Governo quer alargar a possibilidade de as empresas contratarem empresas de trabalho temporário e reduz a penalização nos casos de abuso;

CAMARADA, COLEGA E COMPANHEIRO(A)

NÃO, NUNCA, JAMAIS, aceitaremos estas mudanças – este é o necessário ALERTA do STAD!!!

Portanto, contra estas propostas do Governo, que são um verdadeiro ataque aos trabalhadores e um presente aos patrões, o STAD afirma convictamente: NÃO PODE SER - SÓ TEMOS UM CAMINHO:

A LUTA CONTINUA, VENCEREMOS!!!

A UNIÃO FAZ A FORÇA!!!

STAD – FORÇA SINDICAL!!!

Lisboa, Nº 82/2025, 19-08-2025

SAUDAÇÕES SINDICAIS
A DIRECÇÃO NACIONAL

SINDICATO dos TRABALHADORES de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Doméstica e ACTIVIDADES DIVERSAS

(Antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros, fundado em 1/11/41)

SEDE NACIONAL: Rua João da Silva, nº20 1900-098 LISBOA

213 463 756 | 213 475 596 | 213 475 599 | stad_nacional@stad.pt | www.stad.pt

FILIADO: Em Portugal, na CGTP - IN e FEPCES e, internacionalmente, na UNI-EUROPA E UNI-GLOBAL